

O governo gasta mais

Apesar das promessas de contenção dos gastos públicos, a folha de pagamentos do

com funcionalismo

funcionalismo federal cresceu 37,4% acima da inflação no ano passado.

Apesar de toda a preocupação do governo com a contenção de seus gastos, a folha de pagamentos dos funcionários federais cresceu 37,4% acima da inflação durante o ano passado, sendo que boa parte dessa expansão é explicada pela reposição salarial e outra pelo aumento de 10% no número de empregados contratados entre o último trimestre de 1984 e o primeiro de 1985, ou seja, no final do governo Figueiredo.

Esses dados estão incluídos na execução orçamentária de 1985 divulgada ontem pelo Ministério do Planejamento. O trabalho mostra um equilíbrio contábil entre as despesas e a receita do governo, empata das em Cr\$ 156,4 trilhões.

A principal fonte de receita foi mais uma vez o Imposto de Renda, que cresceu 31,9% acima da inflação. O Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI —, refletindo a retomada da atividade econômica interna, também cresceu 50% em termos reais.

Embora pronta desde 29 de janeiro, somente ontem a execução orçamentária de 1985 foi divulgada pelo secretário-geral da Seplan, André Calabi. Ele explicou que, por definição, o orçamento fiscal sempre apresenta equilíbrio. A partir deste ano, com a unificação dos orçamentos monetário e fiscal, o déficit fica explicitado. Atualmente, o déficit orçamentário é de apenas Cr\$ 17 trilhões, significando 0,5% do Produto Interno Bruto — PIB.

Em 1983, a receita do Tesouro Nacional apresentou crescimento real de 15,7%, refletindo, segundo a Seplan, principalmente a expansão da produção industrial: o aumento do nível de emprego; os ganhos com reposição salarial; e as alterações adotadas no campo tributário em meados do ano.

O Imposto de Renda, com uma participação de 43,8% na receita total da União, alcançou Cr\$ 58,7 trilhões. Houve sobretudo um significativo aumento no IR retido na fonte, por causa de mudanças tributárias que anteciparam o recolhimento do tributo sobre o mercado aberto e nos juros da dívida pública.

A Seplan ressalta que a melhoria nos indicadores econômicos se reflete na arrecadação do Finsocila,

já que essa contribuição tem como base de cálculo o faturamento das empresas. No ano passado, o Finsocial rendeu Cr\$ 8,1 trilhões, com crescimento real de 25% em relação ao montante arrecadado em 1984.

No lado das despesas, o maior gasto foi com pessoal. Esse item, que representava 26,3% das despesas totais, pulou para 30,3% no ano passado. É que houve, de acordo com a Seplan, um "festival de contratações" no final do governo Figueiredo. Além disso, em 1985, já durante o governo de Sarney, houve a reposição salarial.

Embora o número de funcionários contratados na administração direta tenha aumentado cerca de 10%, a Seplan não tem idéia do número total de empregados. Até 1983, de acordo com levantamentos recentes, o quadro de funcionários dos ministérios e autarquias alcançava 669.140 pessoas. Nas estatais, os funcionários chegam a 1.400 mil.

O Poder Legislativo foi pródigo na contratação de funcionários em 1985. Só o Senado Federal aumentou sua despesa com pessoal e encargos sociais em 59,87%, em termos reais. No Poder Executivo, o Ministério da Justiça teve sua folha de salários aumentada em 127% acima da inflação. Houve, segundo a Seplan, uma das duas hipóteses: ou muita contratação ou aumento real elevado de salários. O Ministério do Trabalho, justificando o nome, aumentou suas despesas com pessoal em 103% acima da inflação. Além do gasto com pessoal, a administração direta teve várias outras despesas elevadas. Com o serviço da dívida (interna e externa), os gastos alcançaram Cr\$ 15,3 trilhões.

As despesas do governo na área social aumentaram 51,2% acima da inflação. Houve aumento de verbas em educação, saúde, justiça, principalmente. O Tesouro Nacional também transferiu Cr\$ 2,0 trilhões para empresas estatais em 1985, conforme cifra já embutida no orçamento fiscal.

Para este ano, o governo diz pretender fazer um acompanhamento rigoroso e austero dos gastos da administração direta. A Seplan está elaborando um plano operativo para este ano.